

# **Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## **Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

### Índice

Relatório da Administração .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	3
Balanço patrimonial .....	7
Demonstração do resultado .....	8
Demonstração do resultado abrangente .....	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	10
Demonstração do fluxo de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12

## Relatório da Administração

A Administração da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

### A Companhia

A JAN é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica nos estados de Minas Gerais e da Bahia, proveniente do Leilão ANEEL nº 013/2015.

Em 1º de setembro de 2021 a Companhia concluiu a energização total de seu empreendimento que consiste em 545 km de linha (Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3 e Janaúba 3 – Pirapora 2), e 3 subestações (SE Bom Jesus da Lapa 2I, SE Janaúba 3 e SE Pirapora 2), com capacidade de 500kV. A JAN é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

<b>Desempenho Financeiro - R\$ mil</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receita operacional líquida	307.359	279.693
EBITDA	240.609	267.953
Margem EBITDA	78,28%	95,80%
<b>Reconciliação do EBITDA</b>		
Lucro líquido do exercício	143.020	113.042
Resultado financeiro	93.985	101.000
Imposto de renda e contribuição social	3.536	53.741
Depreciação e amortização	68	170
EBITDA	240.609	267.953

**EBITDA** - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

<b>Perfil do endividamento - R\$ mil</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Circulante	19.850	15.312
Não circulante	1.029.776	994.762
Dívida bruta	1.049.626	1.010.074
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(67.758)	(101.817)
(=) Dívida líquida	981.868	908.257
Dívida líquida/EBITDA	4,08	3,39

**Dívida líquida** - A dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos do passivo circulante e do passivo não circulante, menos o caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

### Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da JAN e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

### Sistema de Gestão Integrado

A JAN, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e do cliente, o comprometimento com a

excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção de subestação e linhas de transmissão de energia elétrica.

### **Declaração da Diretoria**

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

### **Relacionamento com o Auditor Independente**

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pelo valor de R\$58 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “JAN”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## *Concessão do serviço público - ativo contratual*

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 5 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, bem como das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia, análise retrospectiva dos gastos incorridos em cada projeto em relação aos montantes inicialmente orçados, com a correspondente análise e discussão sobre a natureza das variações e discrepâncias, e obtenção de evidências corroborativas de tais variações; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual, suas respectivas receitas e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

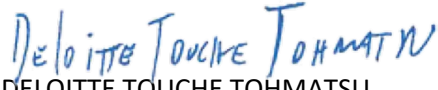
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

  
Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº MG 089422/O-0



## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	67.758	101.817
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		28.935	25.479
Ativo de contrato de concessão	5	231.699	222.145
Impostos e contribuições sociais	6	18.427	9.631
Outras contas a receber		2.859	2.669
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>349.678</b>	<b>361.741</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Ativo de contrato de concessão	5	2.099.608	2.031.111
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		3.781	1.513
Depósitos judiciais		2.260	2.423
Direito de uso		-	68
Imobilizado		24	23
Outras contas a receber		245	131
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>2.105.918</b>	<b>2.035.269</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>2.455.596</b>	<b>2.397.010</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	10	27.395	32.483
Debêntures	11	19.850	15.312
Passivo de arrendamento		-	70
Impostos e contribuições sociais correntes	6	2.343	2.546
Taxas regulamentares		2.044	1.287
Dividendos a pagar	9	31.574	25.788
Outras contas a pagar		1.582	1.768
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>84.788</b>	<b>79.254</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Debêntures	11	1.029.776	994.762
Impostos e contribuições diferidos	7	392.030	336.664
Tributos diferidos	8	214.305	207.204
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	12	4.744	4.898
Fornecedores		3.312	17.263
Outras contas a pagar		7.924	5.382
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>1.652.091</b>	<b>1.566.173</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>1.736.879</b>	<b>1.645.427</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		225.145	225.145
Reserva de lucros		493.572	526.438
<b>Total do patrimônio líquido</b>	13	<b>718.717</b>	<b>751.583</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>2.455.596</b>	<b>2.397.010</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado**  
**para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção E outras, líquidas		92.618	70.137
Remuneração do ativo contrato de concessão		214.741	209.556
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>307.359</b>	<b>279.693</b>
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(4.803)	(3.987)
Material		(428)	(206)
Serviços de terceiros		(2.340)	(1.910)
Depreciação e amortização		(68)	(170)
Outros custos operacionais		(494)	(432)
Custos operacionais	<b>19</b>	<b>(8.133)</b>	<b>(6.705)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>299.226</b>	<b>272.988</b>
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal		(1.985)	(3.363)
Serviços de terceiros		(691)	(1.273)
Outras despesas operacionais		(643)	(569)
Despesas operacionais	<b>19</b>	<b>(3.319)</b>	<b>(5.205)</b>
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições</b>		<b>295.907</b>	<b>267.783</b>
Receitas financeiras		11.176	12.974
Despesas financeiras		(105.161)	(113.974)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	<b>20</b>	<b>(93.985)</b>	<b>(101.000)</b>
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>		<b>201.922</b>	<b>166.783</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(55.366)	(52.207)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>14</b>	<b>(3.536)</b>	<b>(1.534)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>143.020</b>	<b>113.042</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	<b>17</b>	<b>0,63524</b>	<b>0,50209</b>
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	<b>17</b>	<b>0,63524</b>	<b>0,50209</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>143.020</b>	<b>113.042</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>143.020</b>	<b>113.042</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Especial	Reserva Incentivo Fiscal	Lucros a realizar			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>193.145</b>	<b>13.462</b>	<b>37.490</b>	-	<b>146.874</b>	-	-	<b>390.971</b>
Aumento de capital	32.000	-	-	-	-	-	-	32.000
Transferência entre reservas de lucro	-	-	(37.490)	-	37.490	-	-	-
Transferência de dividendos declarados para reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	241.358	-	-	241.358
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	113.042	113.042
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva Legal	-	5.652	-	-	-	-	(5.652)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	77.364	-	(77.364)	-
Reserva incentivo fiscal	-	-	-	4.238	-	-	(4.238)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(25.788)	(25.788)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>225.145</b>	<b>19.114</b>	-	<b>4.238</b>	<b>503.086</b>	-	-	<b>751.583</b>
Aprovação dividendos intermediários	-	-	-	-	(144.312)	-	-	(144.312)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	143.020	143.020
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva Legal	-	7.150	-	-	-	-	(7.150)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	94.721	-	(94.721)	-
Reserva incentivo fiscal	-	-	-	9.575	-	-	(9.575)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(31.574)	(31.574)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>225.145</b>	<b>26.264</b>	-	<b>13.813</b>	<b>453.495</b>	-	-	<b>718.717</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		143.020	113.042
Itens do resultado que não afetam o caixa:			
Amortização de direito de uso		68	170
Provisão fiscais cíveis	12	328	295
Juros e variações monetárias sobre debêntures		102.252	109.692
Juros passivo de arrendamento		1	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	55.366	52.207
Imposto de renda e contribuição social correntes		3.536	1.534
Tributos diferidos	18	7.101	5.832
Remuneração do ativo de contrato de concessão	5 e 18	(214.741)	(209.556)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	5 e 18	(100.988)	(77.772)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	20	(36)	5
Despesa de atualização monetária de contingências	20	94	303
Provisão para parcela variável	18	484	5
		<u>(3.515)</u>	<u>(4.235)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de clientes		(6.208)	(432)
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão		237.678	223.102
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(2.771)	(3.929)
Redução (aumento) nas outras contas a receber		(106)	2.767
(Redução) no saldo de fornecedores		(19.039)	(28.413)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		757	627
Aumento nas outras contas a pagar		1.779	665
		<u>212.090</u>	<u>194.387</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>208.575</b>	<b>190.152</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.764)	(3.597)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>198.811</b>	<b>186.555</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
(Adições) no imobilizado e intangível		-	(23)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>-</b>	<b>(23)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de debentures - Principal	12	(12.476)	(30.230)
Pagamento de debentures - Juros	12	(50.224)	(61.066)
Pagamento de dividendos e JCP		(170.100)	(116.017)
Pagamento de passivo de arrendamento		(70)	(176)
Aumento de capital	13	-	32.000
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(232.870)</b>	<b>(175.489)</b>
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(34.059)</b>	<b>11.043</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	101.817	90.774
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	67.758	101.817
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(34.059)</b>	<b>11.043</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Pirapora 2/Janaúba 3 em 500 kv e Janaúba 3/Bom Jesus da Lapa 2 em 500 kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015 - segunda parte, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 15/2017 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos.

Em 1º de setembro de 2021 a Companhia concluiu a energização total de seu empreendimento que consiste em 545 km de linha (Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3 e Janaúba 3 – Pirapora 2), e 3 subestações (SE Bom Jesus da Lapa 2I, SE Janaúba 3 e SE Pirapora 2), com capacidade de 500kV.

A JAN é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2024.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma (CPC 06 – R2) aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento (correções monetárias), para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo “direito de uso”.

f) Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

## **2.5. Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

## **2.6. Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

#### **3.1. Reconhecimento de receita**

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 9,74% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

#### **3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos e atualização monetária de depósitos judiciais. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre debêntures, arrendamentos financeiros e atualização monetária de contingências.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **3.3. Instrumentos financeiros**

#### **a) Ativos financeiros**

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

#### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.4. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis**

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **3.5. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

### **3.6. Arrendamentos**

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

### b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## 3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**3.8. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")**

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

**3.9. Normas e interpretações novas e revisadas**

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Julgamentos de Materialidade	As entidades devem divulgar informações materiais da política contábil.
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

As normas listadas na tabela acima não impactaram essa Demonstração Financeira.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	Emissão de orientações adicionais sobre a mensuração subsequente para transações de Sale and Leaseback; onde especifica que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo, que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda e retroarrendamento.
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de forfait (risco sacado, confirming ou securitização de contas a pagar); as alterações visam atender melhor às necessidades dos investidores, aumentando a transparência das operações e seus impactos nos passivos e fluxos de caixa da empresa.

A Companhia não espera que as adoções das normas listadas acima resultem em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Caixa e bancos	57	55
Aplicações financeiras	67.701	101.762
	<b>67.758</b>	<b>101.817</b>

<b>Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
CDB	101,34% do CDI	101,41% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**5. ATIVO DE CONTRATO**

<b>Mutação do ativo de contrato de concessão</b>					
<b>Linha de transmissão</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Correção monetária</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>31/12/2023</b>
LT 500Kv - Pirapora 2 – Janaúba LT 500Kv - Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2	<b>2.253.256</b>	214.741	100.988	(237.678)	<b>2.331.307</b>
<b>Circulante</b>	<b>222.145</b>				<b>231.699</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.031.111</b>				<b>2.099.608</b>

<b>Mutação do ativo de contrato de concessão</b>					
<b>Linha de transmissão</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Correção monetária</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>31/12/2022</b>
Linha e subestação LT 500Kv - Pirapora 2 – Janaúba LT 500Kv - Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2	<b>2.189.031</b>	209.556	77.772	(223.103)	<b>2.253.256</b>
<b>Circulante</b>	<b>208.478</b>				<b>222.145</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.980.553</b>				<b>2.031.111</b>

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia será remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
Resolução nº 3.216 de 04/07/2023			Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 05/10/2021(*)		
Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
242.968	(8.152)	234.816	233.767	(6.678)	227.089	213.631	-	213.631

(\*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

## 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar	14.388	2.537
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	4.018	7.073
PIS e COFINS a compensar	4	4
Outros	17	17
<b>Ativo circulante</b>	<b>18.427</b>	<b>9.631</b>
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	2.132	1.996
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	79
INSS, FGTS, ISS e ICMS	167	471
Outros	44	-
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.343</b>	<b>2.546</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – ativo	12.686	13.017
IRPJ sobre prejuízos fiscais	49.653	55.379
	<b>62.339</b>	<b>68.396</b>
<b>Passivo</b>		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – passivo <sup>1</sup>	(454.369)	(405.060)
Efeito líquido no balanço		
<b>Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL – passivo</b>	<b>(392.030)</b>	<b>(336.664)</b>

<sup>1</sup> Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

<b>Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>TOTAL</b>
Diferenças temporárias	6.343	6.343	-	-	-	-	12.686
Prejuízos fiscais	6.973	6.921	7.999	9.350	10.407	8.003	49.653
	<b>13.316</b>	<b>13.264</b>	<b>7.999</b>	<b>9.350</b>	<b>10.407</b>	<b>8.003</b>	<b>62.339</b>

**8. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	31/12/2023	31/12/2022
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo <sup>1</sup>	<b>214.305</b>	<b>207.204</b>

<sup>1</sup> Valores referentes à aplicação do CPC 47.

**9. PARTES RELACIONADAS**

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	
<b>Transações com Controladora</b>					
1	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
<b>Transações com empresa do grupo TAESA e empresa liquidada</b>					
2	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - Ananai (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
3	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("CPST") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC.	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Transações com Controladora</b>					
1	Reembolso de despesas – Taesa	-	6	-	-
<b>Transações com empresas ligadas</b>					
2	Reembolso de despesas – Ananai	-	8	-	-
3	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica (“CPST”) – CEMIG	370	1.454	13.294	13.724
		<b>370</b>	<b>1.468</b>	<b>13.294</b>	<b>13.724</b>

b) Passivos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
<b>Transações com Controladora</b>					
1	OCP x Obrigações - Reembolso de despesas - TAESA	Não aplicável.	Não aplicável.	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
2	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
3	OCP x Despesas operacionais – Serviço de Manutenção e Operação – Taesa	R\$ 51 valor mensal	27/08/2021 a 27/08/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso, mais juros de moral de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido a critério da contratante, mediante notificação com antecedência de 30 dias.
4	OCP x Taxa de conservação de CCI – Taesa	R\$ 5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação
<b>Transações com empresa do grupo TAESA e empresa ligada</b>					
5	OCP x obrigações - reembolso de despesas – Mariana (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
6	OCP x obrigações - reembolso de despesas – Sant’ana (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
7	OCP x obrigações - reembolso de despesas – Ananai (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
8	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada – Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	Término indeterminado	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. A partir de 1º de abril de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). Não há atualização monetária.	O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 1.214, de 26 de dezembro de 2018 e publicado no Diário Oficial da União em: 27/12/2018   Edição: 248   Seção: 1   Página: 105

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Transações com a Controladora</b>					
1	Reembolso de despesas - Taesa	10	-	-	-
2	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	416	307	5.011	4.247
3	O&M - Taesa	-	54	642	642
<b>Transações com empresa do grupo TAESA e empresa ligada</b>					
5	Reembolso de despesas Janaúba x Mariana	-	7	-	-
6	Reembolso de despesas Janaúba x Sant'Ana	-	7	-	-
7	Reembolso de despesas Janaúba x Ananaí	-	56	-	-
8	Previdência Privada - Forluz - Custos	-	-	16	17
8	Previdência privada - Forluz - Despesa	-	-	7	68
		<b>426</b>	<b>431</b>	<b>5.676</b>	<b>4.974</b>

## II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2022	Adição	Dividendos pagos	31/12/2023
Dividendos a pagar à Taesa	<b>25.788</b>	175.886	(170.100)	<b>31.574</b>

Aprovação de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data do pagamento	Montante
Dividendos mínimos obrigatórios	2022	28/04/2023	AGO	26/07/2023	25.788
					<b>25.788</b>
Dividendos intermediários <sup>1</sup>	2021	09/11/2023	AGE	15/12/2023	55.000
Dividendos intermediários <sup>1</sup>	2021	24/04/2023	AGE	28/08/2023	15.312
Dividendos intermediários <sup>1</sup>	2018 a 2021	17/02/2023	AGE	15/03/2023	74.000
					<b>170.100</b>

<sup>1</sup> Valores advindos da reserva de lucros.

## III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 10. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão e outros	27.395	32.483
	<b>27.395</b>	<b>32.483</b>

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção da linha de transmissão.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**11. DEBÊNTURES**

Credor	Taxas de Juros	Venc.	2023				2022			
			Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/XP) (a)	IPCA + 4,5%	15/07/2033	(6.517)	249.835	5.069	248.387	(7.941)	251.089	5.184	248.332
2ª Emissão - Série única (b) (BTG/Itaú)	IPCA + 4,8295%	15/12/2044	(27.843)	827.532	1.550	801.239	(30.318)	790.283	1.777	761.742
			<b>(34.360)</b>	<b>1.077.367</b>	<b>6.619</b>	<b>1.049.626</b>	<b>(38.259)</b>	<b>1.041.372</b>	<b>6.961</b>	<b>1.010.074</b>
<b>Circulante</b>						<b>19.850</b>				<b>15.312</b>
<b>Não circulante</b>						<b>1.029.776</b>				<b>994.762</b>

(a) Em 11 de janeiro de 2019 a Companhia emitiu 224.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2022.

(b) Em 16 de dezembro de 2019 a companhia emitiu 575.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de dezembro e de junho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2025.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.010.074</b>	<b>991.678</b>
(+) Reversão de custo de transação	-	-
(+) Juros e variação monetária incorridos	98.353	105.652
(-) Pagamento de principal	(12.476)	(30.230)
(-) Pagamento de juros	(50.224)	(61.066)
(+) Amortização do custo de captação	3.899	4.040
<b>Saldo final</b>	<b>1.049.626</b>	<b>1.010.074</b>

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Sub total	Total
		2024	2025	2026	Após 2026			
IPCA - 1ª emissão	22.059	18.501	20.716	22.794	170.835	232.846	254.905	
IPCA - 2ª emissão	1.550	8.755	18.285	19.346	781.146	827.532	829.082	
(-) Custos de emissão a amortizar	(3.759)	(3.600)	(3.346)	(3.079)	(20.577)	(30.602)	(34.361)	
	<b>19.850</b>	<b>23.656</b>	<b>35.655</b>	<b>39.061</b>	<b>931.404</b>	<b>1.029.776</b>	<b>1.049.626</b>	

O contrato da 1ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado.

O contrato da 2ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado.

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
2ª emissão	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida <sup>1</sup>	Igual ou maior que 1,2	Anual

<sup>1</sup>Calculado com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas.

Em 31 de dezembro de 2023 todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**12. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS**

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos trabalhistas, tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, e trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$2.227. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado era de R\$2.410.

	<b>31/12/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>Atualização</b>	<b>Baixa</b>	<b>31/12/2023</b>
Cíveis	<b>4.898</b>	363	(35)	94	(576)	<b>4.744</b>

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$6.180, sendo R\$1.434 referentes a contingências cíveis, R\$774 a contingências trabalhistas e R\$3.973 a contingências tributárias (valor atualizado de R\$4.624, sendo R\$83 contingências cíveis, R\$403 contingências trabalhistas e R\$214 contingências tributárias em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários relativos á discussão quanto a exigência de ICMS no estado da Bahia, totalizando o valor atualizado de R\$3.711, em 31 de dezembro de 2023.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente integralizado era de R\$225.145, representado por 225.145.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social e (b) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no estado da Bahia, (c) Reserva de lucros a realizar - Com base no artigo 197º, da nº Lei 6.404/76, foi constituída pela parcela do lucro líquido advinda dos efeitos da aplicação da CPC 47 - Receita de clientes, seja pelas receitas atreladas às margens de construção ou à correção monetária pelos efeitos da inflação sobre os fluxos de recebimentos futuros, uma vez que tais receitas se converterão em caixa após a operacionalização dos projetos e ao longo do prazo de concessão.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

<b>Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022 (*)</b>
Lucro líquido do exercício	143.020	113.042
- Reserva legal	(7.150)	(5.652)
- Dividendos mínimos obrigatórios	(31.574)	(25.788)
- Reserva de incentivo fiscal	(9.575)	(4.238)
- Reserva de lucros a realizar	(94.721)	(77.364)

(\*) A AGO de 28 de abril de 2023, retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022.

#### 14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diferidos - São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro real) e o respectivo valor contábil.

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Imposto de renda	(40.710)	(38.394)
Contribuição social	(14.656)	(13.813)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(55.366)</b>	<b>(52.207)</b>

#### 15. COBERTURAS DE SEGUROS

<b>Tipo de Seguro</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>Limite Máximo de Indenização</b>	<b>DM - Valor em risco (*)</b>	<b>Prêmio</b>
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/2023 a 19/09/2024	10.000	-	5
Risco operacional	Fairfax	18/10/2023 a 17/04/2025	-	41.866	115
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Ezze	19/09/2023 a 18/09/2024	60.000	-	8

(\*) Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

#### 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### 16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo Enterprise Risk Management (COSO-ERM) e ISO 31.000.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### **16.2. Gestão do risco de capital**

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, debêntures, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

### **16.3. Categorias de instrumentos financeiros**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	67.701	101.762
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	57	55
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	31.716	26.992
	<b>100.474</b>	<b>128.809</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	27.395	32.483
- Debêntures	1.049.626	1.010.074
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	7.924	5.380
	<b>1.084.945</b>	<b>1.047.937</b>

### **16.4. Risco de mercado**

#### **16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros**

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras e debêntures, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros**

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivo a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

<b>Índices</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Cenário provável em 31/12/2024</b>
CDI	13,04%	9,00%
IPCA	4,62%	3,79%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 15 de março de 2024 – Fonte Externa Independente.

<b>Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Efeito Provável no LAIR - 2024 - (redução)</b>
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	67.701	(2.735)
Passivos Financeiros – Debêntures – IPCA	1.083.986	9.009
		<b>6.274</b>

**16.5. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**16.6. Gestão do risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, ou emissão de debêntures, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui debêntures que contêm cláusulas restritivas (“covenants”), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia), (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

<b>Financiamentos</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Pós-fixada</b>	11.789	51.314	293.984	2.992.123	<b>3.349.210</b>

**16.7. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia nos custos.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**16.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Hierarquia do valor justo
Equivalentes de caixa	4	67.701	101.762	Nível 2

**16.8.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)**

	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Debêntures - Passivos financeiros	11	1.049.626	917.122	1.010.074	816.577	Nível 2

A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos.

**17. LUCRO POR AÇÃO**

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	143.020	113.042
Quantidade de ações ordinárias	225.145	225.145
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,63524	0,50209

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

<b>Composição da receita operacional líquida</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Remuneração do ativo de contrato de concessão	214.741	209.556
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	100.988	77.772
Operação e manutenção	24.986	23.398
Parcela variável (a)	(1.214)	(554)
Outras receitas operacionais	3.406	1.304
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>342.907</b>	<b>311.476</b>
PIS e COFINS correntes	(24.780)	(23.110)
PIS e COFINS diferidos	(7.101)	(5.832)
Encargos setoriais (b)	(3.667)	(2.841)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(35.548)</b>	<b>(31.783)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>307.359</b>	<b>279.693</b>

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

<b>Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receita operacional bruta	342.907	311.476
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(152.126)	(120.629)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>190.781</b>	<b>190.847</b>

**19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
- Remuneração direta	(5.496)	(5.554)
- Benefícios	(710)	(882)
- FGTS e INSS	(582)	(914)
<b>Pessoal</b>	<b>(6.788)</b>	<b>(7.350)</b>
- O&M	(242)	(101)
- Outros	(186)	(105)
<b>Materiais</b>	<b>(428)</b>	<b>(206)</b>
Serviços de terceiros	(3.031)	(3.183)
Depreciação e amortização	(68)	(170)
- Outros custos e despesas operacionais	(1.137)	(1.001)
<b>Outros custos operacionais</b>	<b>(1.137)</b>	<b>(1.001)</b>
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(11.452)</b>	<b>(11.910)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Referem-se basicamente aos custos de materiais de operação e manutenção.

Despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente as despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação auditoria, contrato de compartilhamento de infraestrutura e RH.

Outros custos e despesas operacionais: Referem-se basicamente aos custos com seguros, material de consumo, impostos contribuições e taxas, aluguéis e condomínios.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Renda de aplicação financeira	11.140	12.979
Atualização monetária de depósitos judiciais	36	(5)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>11.176</b>	<b>12.974</b>
Encargos financeiros - Debêntures	(102.252)	(109.692)
Juros de arrendamento	(1)	(8)
Atualização monetária de contingências	(195)	(303)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(2.713)	(3.971)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(105.161)</b>	<b>(113.974)</b>
	<b>(93.985)</b>	<b>(101.000)</b>

**21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2023, 72,73% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (83,33% em 31 de dezembro de 2022).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes Relacionadas.

**22. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Aspectos ambientais – A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo a licença ambiental concedida à Companhia:

<b>Licença ambiental</b>				
<b>Trecho</b>	<b>Licença de Operação nº</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Órgão IBAMA</b>
Trecho LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **23. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Alteração na diretoria - Em 21 de fevereiro de 2024, o Sr. André Augusto Telles Moreira apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia. Os cargos permanecerão vagos enquanto é realizado o processo de sucessão.

Pagamento de juros e principal da 1ª emissão de debêntures da JAN - Em 15 de janeiro de 2024, a JAN pagou aos debenturistas o montante de R\$14.022, sendo R\$5.493 de juros e R\$8.529 de principal.

\*\*\*\*\*

<b>Diretoria</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Vago	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

**Marcelo Meira Trunquim Fernandez**  
**Contador CRC RJ-087299/O-7**  
**CPF nº 009.111.247-04**